

Sumário

Prefácio

Prof. Dr. Sérgio Luiz Souza Araújo.....15

Capítulo 1

Introdução.....17

Capítulo 2

Fatores criminológicos19

2.1 Importância e conseqüências da criminalidade econômica.....20

2.2 Aspectos de política criminal.....21

Capítulo 3

O brocardo – *societas delinquere non potest*.....29

3.1 As alternativas de direito comparado.....30

3.2 A posição doutrinária.....32

Capítulo 4

O direito penal econômico37

4.1 Os delitos econômicos.....39

Capítulo 5

A “lavagem de dinheiro”41

5.1 Conceito de “lavagem de dinheiro”42

5.2 *Modus operandi*.....44

5.3 O grupo de ação financeira sobre o branqueamento de capitais46

Capítulo 6

Tratamento do crime de “lavagem de dinheiro” em Portugal, Espanha,
Colômbia e Brasil49

6.1 Portugal49

6.2 Espanha50

6.3 Colômbia52

6.4 Brasil54

6.5 Análise dogmática do art. 1º e parágrafos da Lei nº 9.613/9855

Capítulo 7

O sigilo bancário57

7.1 A quebra do sigilo bancário.....59

7.2 A quebra do sigilo bancário pelo Poder Judiciário.....60

7.3 A quebra do sigilo bancário pelas Comissões Parlamentares de Inquérito61

Capítulo 8

A quebra do sigilo bancário em face da Lei nº 9.613/98. Aspectos tributários e penais.....	65
--	----

Capítulo 9

O bem jurídico nos crimes econômicos	69
--	----

Capítulo 10

A Lei nº 7.492, de 16 de julho de 1986.....	71
10.1 Estrutura da Lei nº 7.492/86.....	72
10.2 O conceito de instituição financeira para fins penais.....	73
10.3 O sujeito ativo na Lei nº 7.492/86.....	76
10.4 Outros aspectos da aplicação e do procedimento penal da Lei nº 7.492/86...81	

Capítulo 11

Conclusões.....	85
-----------------	----

Referências	87
--------------------------	-----------

ANEXO A	LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986.....	91
	DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	91
	DA APLICAÇÃO E DO PROCEDIMENTO CRIMINAL.....	93
ANEXO B	LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	95
CAPÍTULO I	DOS CRIMES DE “LAVAGEM” OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES	95
CAPÍTULO II	DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS ESPECIAIS	95
CAPÍTULO III	DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	96
CAPÍTULO IV	DOS BENS, DIREITOS OU VALORES ORIUNDOS DE CRIMES PRATICADOS NO ESTRANGEIRO	96
CAPÍTULO V	DAS PESSOAS SUJEITAS À LEI	97
CAPÍTULO VI	DA IDENTIFICAÇÃO DOS CLIENTES E MANUTENÇÃO DE REGISTROS	97
CAPÍTULO VII	DA COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	98
CAPÍTULO VIII	DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA.....	98
CAPÍTULO IX	DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS.....	99
ANEXO C	DECRETO-LEI Nº 325/95	101
CAPÍTULO I	Objecto e âmbito.....	102
CAPÍTULO II	Entidades financeiras	102
CAPÍTULO III	Entidades não financeiras	103
CAPÍTULO IV	Contra-ordenações	104
CAPÍTULO V	Disposições finais.....	105

ANEXO D	BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS.....	107
	Decreto-Lei nº 313/93, de 15 de Setembro.....	107
CAPÍTULO I	Objecto e âmbito de aplicação	108
CAPÍTULO II	Obrigações das entidades financeiras	108
CAPÍTULO III	Das contra-ordenações	110
SECÇÃO I	Disposições gerais.....	110
SECÇÃO II	Das contra-ordenações em especial	111
SECÇÃO III	Do processo	112
RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS DO GAFI SOBRE O FINANCIAMENTO DO TERRORISMO		
I.	Ratificação e aplicação dos instrumentos das Nações Unidas.....	113
II.	Criminalização do financiamento do terrorismo e do branqueamento de capitais associado.....	113
III.	Congelamento e perda de bens relacionados com o terrorismo	113
IV.	Comunicações de transacções suspeitas relativas ao terrorismo	113
V.	Cooperação internacional.....	113
VI.	Sistemas alternativos de remessa de fundos	114
VII.	Transferências electrónicas.....	114
VIII.	Organizações sem fins lucrativos	114
IX.	Transportadores de numerário (<i>cash courriers</i>).....	114
Financial Action Task Force on Money Laundering		
Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais		
Groupe d'action financière sur le blanchiment de capitaux		
AS QUARENTA RECOMENDAÇÕES.....		117
INTRODUÇÃO.....		117
AS QUARENTA RECOMENDAÇÕES.....		119
ANEXO E	NOTAS INTERPRETATIVAS DAS QUARENTA RECOMENDAÇÕES.....	133
NOTAS		140
Índice		141